

tivo e um suplente, deverão exercer seu direito de voto por meio de seu representante legal ou por procurador, constituído há menos de um ano, e observar todo o teor do art. 126 da Lei nº 6.404/1976; os respectivos instrumentos de eleição ou de mandato deverão ser depositados na sede do Bancoob até o dia 1/4/2017.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2017.
HENRIQUE CASTILHANO VILARES
Presidente do Conselho de Administração

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

AVISOS DE CHAMADAS PÚBLICAS

O Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), no uso de suas atribuições, torna público o resultado dos projetos abaixo relacionados:

CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA PRODAV 01/2013: Título do Projeto; Proponente; Valor do Investimento - Foliar Brasil DOC - 2a temporada; Flora Filmes Vídeos Produções Artísticas LTDA.; R\$ 779.197,32 - Feminino Singular; Sandra Werneck Tavares de Souza EIRELI; R\$ 400.000,00.

CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA PRODECINE 04/2013: Título do Projeto; Proponente; Valor do Investimento - Seara de Vento; Refinaria Produções Ltda; R\$ 231.596,00.

CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA PRODECINE 03/2016: Título do Projeto; Proponente; Valor do Investimento - Santoro - O Homem e sua Música; DADA 'n Zen Produções Artísticas, Culturais e Turismo Ltda.-MED; R\$ 81.100,00.

CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA PRODAV 13/2016: Título da Proposta; Proponente; Valor do Investimento - Mira Lab; Mira Filmes Ltda.; R\$ 1.000.000,00.

Em, 10 de março de 2017.
ODACIR KLEIN
Diretor-Presidente

BANCORBRÁS - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF sob o nº 00.717.967/0001-99
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Sociedade, no SCS, Quadra 04, Bloco A, nº 230, 7º andar, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Brasília -DF, 7 de março de 2017.
ALFREDO LEOPOLDO ALBANO
Presidente Bancorbrás

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA SÃO PAULO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS
Nº 27/2017

Instrumento: extrato de convênio nº 27/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente em site eletrônico. Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Dracena. Valor: R\$ 1.500,00. Data da assinatura: 20 de fevereiro de 2017. Vigência: data de sua assinatura até o dia 31 de maio de 2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. São Paulo, em 02 de março de 2017. Mário Ohzeki. Supervisor.

Nº 20/2017

Instrumento: extrato de convênio nº 20/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente no evento "Agricultura e Desenvolvimento Sustentável". Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto. Valor: R\$ 3.000,00. Data da assinatura: 20 de fevereiro de 2017. Vigência: 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. São Paulo, em 02 de março de 2017. Mário Ohzeki. Supervisor.

Nº 28/2017

Instrumento: extrato de convênio nº 28/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente em Jornal, em 1 (uma) edição, com 08 (oito) páginas e tiragem de 2.100 (dois mil e cem) exemplares. Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos. Valor: R\$ 3.000,00. Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2017. Vigência: data de sua assinatura até o dia 21 de junho de 2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. São Paulo, em 02 de março de 2017. Mário Ohzeki. Supervisor.

Nº 2/2017

Instrumento: extrato de convênio nº 2/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente em Boletim Informativo - Ano III - Nº 04, em 1 (uma) edição, com 08 (oito) páginas e tiragem de 2.000 (dois mil) exemplares. Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Vicente. Valor: R\$ 2.000,00. Data da assinatura: 09 de janeiro de 2017. Vigência: data de sua assinatura até o dia 31 de maio de 2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. São Paulo, em 02 de março de 2017. Mário Ohzeki. Supervisor.

CALHEIRA ALMEIDA S.A.

CNPJ Nº 15.138.993/0001-30

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGOE a se realizarem conjuntamente no dia 10 de abril de 2017, às 14,00 horas na sede social na Av. Estados Unidos 45, Sala 410, Comércio, Salvador-Ba. para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: AGO: a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; b) Eleição da Diretoria e fixação das respectivas remunerações. AGE: a) Consolidação dos Estatutos.

AVISO

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2016.

Salvador -BA, 9 de março de 2017.
JOSÉ CARLOS BRITO DORIA
Diretor

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	123.466	31.392	Fornecedores	9	76.398	2.610
Clientes	4	150.953	148.363	Salários e encargos sociais	10	4.619	16.646
Estoques	5	2.139	1.679	Obrigações fiscais	11	529	497
Adiantamento a terceiros	6	875	140	Provisões para contingências	12	77	740
Tributos a recuperar	7	5.314	982	Contrato de Gestão	13	1.285	1.106
Outros créditos		279	1.056			82.908	21.599
		<u>283.026</u>	<u>183.612</u>				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		628	476	Fornecedores	14	2.673	-
Imobilizado próprio	8	12.985	8.688	Adiantamento de Clientes	15	9.984	-
Imobilizado cedido	8	5.861	10.760	Provisões para contingências	12	5.546	170
		<u>19.474</u>	<u>19.924</u>	Obrigações com Entidades Governamentais		9.191	-
						<u>27.394</u>	<u>170</u>
				Patrimônio Social	16	-	10.759
				Patrimônio social - com restrição		-	10.759
				Superávit acumulado		192.198	171.008
		<u>302.500</u>	<u>203.536</u>			192.198	181.767
						<u>302.500</u>	<u>203.536</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas			
Receitas sem restrições - Serviços	17	465.493	392.005
Custos	18	(280.864)	(302.055)
Superávit bruto		<u>184.650</u>	<u>89.950</u>
Despesas operacionais	18		
Pessoal e encargos sociais e assistenciais		(52.530)	(42.376)
Utilidades e serviços		(25.911)	(20.179)
Despesas gerais		(95.488)	(5.374)
		<u>(173.929)</u>	<u>(67.929)</u>
Superávit antes das receitas e despesas financeiras		<u>10.700</u>	<u>22.021</u>

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017031300140

	7.950	(5.476)
Despesas e receitas financeiras, líquidas		
Superávit líquido do exercício	<u>18.650</u>	<u>16.545</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Superávit líquido do exercício	19	18.650	16.545
Outros resultados abrangente		<u>2.540</u>	<u>-</u>
		<u>21.190</u>	<u>16.545</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013		-	-	-
Integralização do Patrimônio Social		16.398	-	16.398
Superávit Líquido do exercício		-	86.635	86.635
Saldo em 31 de dezembro de 2014		16.398	86.635	103.033
Ajustes de integralização do patrimônio social		(5.639)	-	(5.639)
Ajustes de exercícios anteriores		-	67.828	67.828
Superávit Líquido do exercício		-	16.545	16.545
Saldo em 31 de dezembro de 2015		10.759	171.008	181.767
Ajustes de integralização do patrimônio social		(10.759)	-	(10.759)
Ajustes de exercícios anteriores		-	2.540	2.540
Superávit Líquido do exercício		-	18.650	18.650
Saldo em 31 de dezembro de 2016		-	192.198	192.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	18.650	16.545
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas de Depreciações e Amortizações	5.431	-
Outros ajustes	-	910
Ajuste de exercícios anteriores	2.540	67.628
Variações nos ativos	(7.492)	6.155
Aumento e redução de clientes	(2.590)	8.632
Aumento de estoques	(460)	(1.679)
Aumento e redução de adiantamento de terceiros	(735)	369

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Aumento de tributos a recuperar	(4.332)	(726)
Diminuição e aumento de outros créditos	777	(441)
Aumento de Depósitos Judiciais	(152)	-
Variações nos passivos	65.117	(99.919)
Aumento de fornecedores	77.112	261
Aumento e redução de salários e encargos sociais	(12.027)	(90.390)
Aumento e redução de obrigações fiscais	32	(9.790)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	84.246	(8.481)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	(4.829)	(8.605)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(4.829)	(8.605)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Fornecedores	2.673	-
Adiantamento de Clientes	9.984	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	12.657	-
Aumento nas disponibilidades	92.074	(17.086)
Caixa no início do exercício	31.392	48.478
Caixa no final do exercício	123.466	31.392
Aumento nas disponibilidades	92.074	(17.086)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016. (Valores expressos em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53 e reconhecida estatutariamente pelo Conselho de Administração com registro cartorário no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, deste distrito, por intermédio das inscrições n.º 000082416, n.º 000082415 e n.º 000087661, respectivamente, estabelecendo a finalidade e os objetivos sociais desta entidade, pertinentes ao fomento, à promoção do ensino e da pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e institucional.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação: as demonstrações financeiras em harmonia com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativa à Resolução CFC n.º 1.409/12 (ITG n.º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta Administração. Essas demonstrações foram elaboradas em função das inúmeras formas de avaliações aplicadas sobre estimativas contábeis. Essas estimativas são disciplinadas em fatores objetivos e subjetivos, como base de entendimento para definição do valor oportuno a ser registrado. Dentre os itens consideráveis suscetíveis a esses registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem como a probabilidade dos demais riscos contingenciais para determinação das despesas, quando admissível. A adoção das práticas contábeis, frequentemente, empregadas na elaboração das demonstrações financeiras estão delimitadas a seguir. Essas definições são abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalente de caixa: são recursos financeiros de liquidez moderada, com o propósito de desembolsar dívidas de curto e longo prazos, auferir ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e o faturamento emitido, além da utilização prudente em outras obrigações administrativas previstas estatutariamente. Para isso, é necessário atender relativamente a três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as convenções contábeis aceitas no Brasil recomenda que esta Administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas contábeis admitem valor residual do ativo imobilizado, perda para redução ao valor recuperável de ativos, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados a benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas e as premissas apontadas. O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras análogo as entidades sem fins lucrativos exigem que a Administração faça uso de instrumentos formais técnico-científicos concernentes aos valores apurados das receitas, das despesas, dos ativos e dos passivos mencionados nessas demonstrações e em notas explicativas.

2.4 Instrumentos financeiros básicos: ativos financeiros são, previamente, reconhecidos pelo seu valor justo decorrentes do resultado, de investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, de empréstimos bancários e contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Dentre os tipos de ativos financeiros presentes nesta entidade incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os direitos contratuais a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Organização avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se decorreu, em alguma etapa, a evidência concreta de desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros.

Terminantemente, o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de recuperação do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido.

Passivos financeiros

Essas obrigações financeiras são reconhecidas a valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, essa aceção envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, os quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.

Instrumentos derivativos

O Cebbraspe não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores, frente às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de instrumentos financeiros com vistas a almejar ganhos financeiros.

2.5 Imobilizado: o valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que às taxas anuais são consideradas sobre a vida útil-econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item do imobilizado é baixado de seu estoque pela oportunidade de sua venda ou quando não houver possibilidade de almejar benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período em que ele for desativado. Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação aplicados são revistos durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma compatível, quando for o caso.

2.6 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: os recursos financeiros submetidos ao Contrato de Gestão estão centralizados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se essa movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro pela custódia desses valores, posteriormente, será concedida a sua realização no instante em que as cláusulas contratuais pactuadas determinarem o cumprimento das metas fixadas.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes: as obrigações vencíveis até o exercício social seguinte são escrituradas no grupo do passivo circulante. Portanto, nesse grupo enfatizam-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os seus encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais com férias e gratificações natalinas incorridas. Enquanto isso, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizam-se de valores conhecidos ou calculáveis e, quando possível, acrescidos dos juros e das atualizações monetárias permissíveis.

2.8 Provisões: diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. O Cebbraspe possui exigibilidades correntes, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento dessa estimativa a fim de evidenciar no patrimônio desta entidade as hipóteses e as perspectivas dos fatos litigados em juízo.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Cebbraspe é parte acusada em inúmeros processos judiciais. Em vista disso, as provisões dessas naturezas contábeis são constituídas para dar conhecimento à Administração, dos passivos contingentes cuja probabilidade de ocorrência é possível, pecuniariamente, ora em curto prazo, ora em longo prazo, em seu patrimônio por intermédio do objeto pleiteado pela parte autora. A materialização dessa probabilidade é explícita e aparente nas disposições legais, jurisprudenciais e nas demais legislações em vista das decisões magistras, futuramente. Diante disso, é de se dizer que as ações cíveis são objetivadas pelo acusador a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro notadamente em eventos, no qual questionou-se a integridade e a validade deles. Enquanto que, os riscos trabalhistas demandados advém de indagações concernentes a parcialidade dos proventos não obtidos naquele período laborado.

2.9 Apuração do Superávit ou Déficit: é o resultado apurado no confronto das Receitas, dos Custos e das Despesas, do período em análise, pelo princípio contábil da competência, ocasionando-se em superávit ou em déficit. Segundo o CPC n.º 00, a receita evoca benefícios econômicos, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que impactam em acréscimos no patrimônio social, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais. Enquanto que os Custos e as Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em redução do patrimônio social.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: referente aos demais ativos integrados ao balanço, é provável que seu benefício econômico futuro seja alcançado e o seu custo possa ser mensurado com segurança. Enquanto que, um passivo inserido no balanço possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico esteja disponível para liquidá-la. As provisões são escrituradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação se realize nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11 Tributação: em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei n.º 9.637/1998, suas atividades estão voltadas para o desenvolvimento educacional e de pesquisa, motivo pelo qual é conferida a isenção tributária. Caso não obtivesse o benefício fiscal, as receitas oriundas da prestação de serviços estariam sujeitas à tributação, com as seguintes alíquotas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00%
Programa de Integração Social - PIS	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%

A alíquota incidente sobre o ISS encontra-se expressa em legislações específicas de competência municipal onde o serviço foi executado pelo prestador de serviço. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas vinculam-se ao regime tributário da não-cumulatividade. Nesse grupo de tributos a base de cálculo é o faturamento e outros ganhos que estejam relacionados aos seus respectivos fatos geradores. Por outro lado, a tributação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) incidem sobre o lucro líquido, uma vez que a receita bruta anual auferida legitimaria como lucro real. Para isso, registra-se no livro de apuração do lucro real (LALUR) as receitas e as despesas, dedutíveis ou indedutíveis, necessárias à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, sobre a base de cálculo constituída calcula-se o tributo pela alíquota de 15% e, excepcionalmente utiliza-se o adicional de 10% caso os lucros líquidos anuais excedentes à R\$240 mil anual ou R\$ 20 mil mensal. Enquanto que na CSLL aplica-se a alíquota de 9%.

2.12 Demonstração dos fluxos de caixa: a demonstração dos fluxos de caixa foi concebida e disciplinada em conformidade com o CPC n.º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica contábil "caixa e equivalentes de caixa" abrangem os depósitos bancários e as aplicações financeiras de renda fixa.

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos bancários a vista - sem restrição	5.182	372
Depósitos bancários a vista - com restrição	-	6
Aplicações financeiras - sem restrições	116.761	29.675
Aplicações financeiras - com restrições	1.523	1.339
	123.466	31.392

Depósitos bancários a vista e Aplicações financeiras com restrições derivam de repasses de recursos do Contrato de Gestão firmado com o INEP/MEC, que são, contabilmente, demonstrados de forma segregada em atendimento aos preceitos contábeis vigentes. As aplicações financeiras desta entidade possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, em qualquer momento, em função da insuficiência de fundos em caixa ou em conta bancária movimento. Cabe ressaltar, que neste exercício social, o acréscimo de recursos financeiros nessa rubrica foi significativo, em razão do recebimento de valores dos direitos contratuais estabelecidos, afóra os rendimentos obtidos sobre as quantias aplicadas em renda fixa. Enquanto isso, os dispêndios pecuniários percebidos em contas de movimentação financeira denotam da manutenção dos gastos necessários à atividade operacional prevista orçamentariamente. Outrossim, é de se dizer que os índices de liquidez apurados apresentam-se satisfatórios para tomada de decisões futuras em prospecções de investimentos.

4 CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	150.953	148.363
	150.953	148.363

Os direitos creditórios desinentes dos contratos firmados com as partes devedoras, no qual este Centro é o beneficiário exclusivo, acarretou, em curto prazo, o retorno da maioria das quantias efetivamente faturadas neste período. Por outro lado, excepcionalmente, tornaram-se incobráveis as importâncias prometidas por alguns clientes e, dessa forma, coube a esta Administração deliberar pelo reconhecimento da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), dado que a contratada inferiu que tais valores não condiziam com os requisitos estabelecidos, contratualmente, nas cláusulas pactuadas. É de se verificar que as disposições contidas no CPC n.º 30 permitiu o reconhecimento parcial das receitas ocorridas (conforme cronograma) e não faturadas sobre os serviços prestados, produzindo no patrimônio, acréscimo em direitos e no resultado líquido do exercício.

5 ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Almoxarifado	2.139	1.679
	2.139	1.679

Os bens materiais alocados no almoxarifado desta entidade são compostos em sua essência de materiais de limpeza e de expediente. Ratifica-se o aumento no quantitativo de bens e na aquisição de outros bens em função da contratação de colaboradores permanentes e temporários, assim como, pelas propostas orçamentárias precificadas para consumo desses bens em concursos e eventos promovidos por este Centro. Contudo, é perceptível nessa variação periódica a oscilação de preços na obtenção dos bens, motivado pela inflação do período.

6 ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento a fornecedores	875	140
	875	140

A excessiva elevação nos saldos contábeis dessas rubricas proveio dos recursos financeiros antecipados aos fornecedores de bens e de serviços.

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
PIS a recuperar	4	4
COFINS a recuperar	18	18
IRRF a recuperar	14	14
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	1	80
IRRF retido na fonte	46	859
ISS retido na fonte	4.320	-
IR s/ Aplicação Financeira	859	-
PCC Retido na Fonte	45	-
	5.314	982

Os tomadores de serviços (partes contratadas), cautelosamente, retiveram os tributos incidentes sobre o faturamento emitido, sem que houvesse por parte deles a observância dos benefícios fiscais conferidos a esta entidade na dispensa dessas retenções. Ainda que a isenção tributária seja garantida a este Centro, esses valores descontados são passíveis de compensação tributária desde que esses sejam utilizados nesses ou naqueles tributos administrados pelos órgãos da administração tributária direta específica. Conseqüentemente, evidenciam-se outros montantes cuja relevância sinaliza no IRRF sobre o rendimento de aplicação financeira o saldo de R\$ 859 mil, no ISSQN o saldo de R\$ 4.320 mil e no PIS/COFINS/CSLL o saldo de R\$ 45 mil. Para isso, a compensação ou a restituição tributária desses créditos, somente, será conferida se houver pedidos de requisições administrativas perante as repartições tributárias competentes ou por meio da esfera judicial onde o objeto pleiteado assegure a recuperabilidade da importância retida.

8 IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está demonstrado, abaixo, pelo valor contábil dos bens, deduzido do custo de aquisição e dos encargos de depreciação.

	Taxa - %	2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	2016
Imobilizado - próprio						
Móveis e utensílios	10%	388	11	-	(43)	356
Máquinas e equipamentos	10%	882	910	-	(161)	1.631
Equipamentos de informática	20%	7.418	5.370	-	(1.881)	10.907
Beneficentária em Prop. Terceiros	-	-	94	(94)	-	-
Edificações e Instalações	4%	-	94	-	(3)	91
		8.688	6.479	(94)	(2.088)	12.985
Imobilizado - cedido						
Móveis e utensílios	10%	2.480	-	(1.389)	(184)	907
Máquinas e equipamentos	10%	2.786	898	(112)	(614)	2.958
Equipamentos de informática	20%	5.219	445	(2.256)	(1.598)	1.810
Veículos	10%	275	-	-	(89)	186
		10.760	1.343	(3.757)	(2.485)	5.861
		19.448	7.822	(3.851)	(4.573)	18.846

Como se pode notar, o "Ativo imobilizado - próprio" são compostos por bens de propriedade desta entidade para uso nas atividades operacionais. O aumento da capacidade produtiva acarretou a aquisição de outros bens, previstos orçamentariamente, para atendimento das demandas setoriais. Excepcionalmente, este Centro faz uso da posse parcial dos bens pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), "Ativo imobilizado - cedido", mediante contrato de gestão, a ser firmado pelas partes, sendo que entre estas e aquelas imobilizações mantiveram-se presentes os institutos contábeis da depreciação ou da amortização sobre os bens utilizados.

9 FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	76.398	2.610
	76.398	2.610

As obrigações consecutivas dos gastos operacionais incorridos, neste Centro, serão desembolsadas, financeiramente, nos meses subsequentes em decorrência desses compromissos figurarem no curto prazo. Dentre essas, cabe acentuar a exigibilidade constituída, neste ano, mediante a pactuação de instrumento contratual de "cessão onerosa de Ativos Intangíveis" com a FUB, remunerados por esta entidade à contratada por meio de "royalties" sobre a sua receita líquida recebida cuja despesa econômica importou a quantia de R\$ 61.420 mil.

10 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos a pagar - Pessoal	115	4.729
Servidores cedidos	-	603
Autônomos	-	8.223
Provisões trabalhistas	4.504	3.091
	4.619	16.646

As obrigações trabalhistas são características das remunerações laborais conferidas aos trabalhadores celetistas e requisitados da Administração Pública. Desses valores incluídos ao saldo integram-se, também, os tributos e os encargos sociais sobre as folhas de pagamentos apuradas. Reitera-se que as remunerações fixadas aos colaboradores são compatíveis com as atividades realizadas, previstas em orçamento e dispostas na convenção coletiva vigente, ainda que, neste período houvesse, também, a correção dos proventos salariais firmados em acordo pela categoria profissional em 7,38%. Vale ratificar que são calculados, mensalmente, sobre esses proventos as estimativas sobre férias e 13.º salário com base na proporção de 1/12. Importante salientar que a movimentação e a redução de saldo constatadas nos períodos em análise justifica-se pela transferência mensal desses valores apurados para rubrica contábil de "fornecedores colaboradores", com desembolso financeiro no mês seguinte, enquanto que, os saldos restantes da rubrica em análise constituem-se das estimativas ora citadas e de outros valores pendentes de regularização.

11 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações fiscais	529	497
	529	497

Essa rubrica é constituída pela retenção de tributos e de encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços da pessoa jurídica e da pessoa física. A oscilação de saldo contábil entre os períodos analisados é compreensível, dado que, neste período, aconteceram obrigações a pagar vinculadas aos eventos e concursos ocorridos, sendo que, esses pagamentos sucederão no mês subsequente.

12 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Curto Prazo

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões cíveis	77	740
	77	740

A diminuição evidente nessa rubrica, entre os períodos analisados, motivou a reclassificação parcial do saldo anteriormente constituído em provisões cíveis, neste exercício social, para outra rubrica de igual natureza, em longo prazo, de forma a estabelecer a prudência momentânea entre as estimativas de gastos de possível ocorrência material.

Longo Prazo

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões cíveis	1.507	-
Provisões trabalhista	4.039	170
	5.546	170

O acréscimo nesses saldos, entre os intervalos analisados, trouxe uma variação significante, não somente pela reclassificação de valores oriundos dessa rubrica idêntica em curto prazo, como também, pela constituição de provisões de natureza trabalhista originada de ações protocoladas sob juízo.

13 CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão do Cebraspe é o instrumento pelo qual o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato, realiza os repasses de recursos financeiros em conformidade ao plano de trabalho do Cebraspe. O ingresso dos recursos desse Contrato é registrado em conta corrente distinta no ativo deste Centro, tendo contrapartida contábil, conta específica do passivo circulante. A medida que os projetos são executados, as obrigações paralelas a eles são baixadas e a respectiva receita apropriada ao resultado do exercício. Com fundamento no acordo, ajustado em 17 de março de 2014, o MEC, deverá transferir a esta entidade o montante de R\$ 8.135 mil, no intervalo compreendido entre 2014 a 2019. No exercício de 2014, foram creditados o valor total de R\$ 2.324 mil, para as atividades de gestão de programas, projetos de apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Enquanto que, nos exercícios de 2015 e 2016 não se efetivou a proposição de valores. Assim sendo, convém ressaltar que, em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa rubrica corresponde a R\$ 1.522 mil, dispostos em aplicação financeira de renda fixa.

14 FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	2.673	-
	2.673	-

Trata-se da devolução pecuniária realizada pelos Correios (ECT) em favor deste Centro, mediante convênio firmado, para pagamento aos autônomos contratados e não correntistas, sendo que esses não resgataram no período designado a quantia devida, cuja custódia de permanência estabelecida pela conveniência é de 365 dias contados da transferência da remessa financeira. Dessa forma, esta entidade manterá, a longo prazo, nessa rubrica, as quantias disponibilizadas, salvo se o prestador de serviço requisitar-lhe o direito de saque ou, do contrário, seguirá os ditames prescricionais da decadência contratual descritas no Código Civil vigente.

15 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de Clientes	9.984	-
	9.984	-

São os valores arrecadados pelo Cebraspe provenientes das taxas de inscrições pagas pelos candidatos e expostas nos editais de publicação para realização dos concursos públicos e demais avaliações, mantidas contabilmente nessa rubrica, e faturadas, posteriormente, em favor da contratante, após cumpridas as condições editalícias.

16 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social, preliminarmente, foi constituído pela parcialidade de bens pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), para o advento institucional e o cumprimento das atividades inerentes a este Centro, em consonância ao Decreto Presidencial n.º 8.078/2013. Ressalta-se que a integralidade do saldo composto no exercício anterior foi reclassificada para a rubrica "Obrigações com entidades governamentais", em consequência das tratativas no alinhamento entre as partes interessadas para realização do contrato de gestão onerosa dos bens móveis pertencentes à FUB. Tenha-se presente que, neste exercício, esta organização obteve superávit econômico de R\$ 18.650 mil, em razão dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário deste Centro.

17 RECEITAS

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas sem restrições	465.493	392.005
	465.493	392.005



Convém ressaltar que os ganhos auferidos, no exercício vigente, expandiu-se para 18,59%, ainda que, as regras de contratação de serviços técnicos praticadas pela Administração Pública estabelecessem a modalidade licitatória "menor preço" como o ideal. Por outro lado, evidencia-se a recuperação pecuniária de valores considerados incobráveis proveniente de glosas anteriormente contestadas e retidas pelos contratados, mas posteriormente esclarecidas e disponibilizadas financeiramente em favor desta entidade pela importância de R\$ 468 mil.

18 CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de autônomos	(225.066)	(240.674)
Demais custos	(55.798)	(61.381)
Pessoal	(52.530)	(42.376)
Utilidades e serviços	(25.911)	(20.179)
Despesas gerais	(95.488)	(5.374)
	(454.793)	(369.984)

O gasto dispendido, tanto nas rubricas de custo quanto nas rubricas de despesas, frente aos exercícios sociais em análise, apresentou contrastes econômicos evolutivos. Ainda que houvesse a otimização dos custos incorridos neste período, é de se dizer que este Centro desembolsou valores proporcionais e compatíveis na organização dos eventos realizados. Enquanto que, as despesas incorridas acresceram em consequência da admissão de pessoal e da combinação de outros gastos necessários a manutenção da atividade meio. Nessa vertente, sobreleva-se o termo contratual de cessão onerosa da marca CESPE firmado com a FUB decorrente dos royalties incidentes sobre a receita líquida auferida por este Centro em favor da contratada que importou gastos de R\$ 61.420 mil, com percentual de 35,31% sobre as despesas fixadas.

19 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 26 (CPC nº 26), a "Demonstração de Resultados Abrangentes (DRA)" exhibe as receitas, os custos, as despesas e outras mutações que afetam o patrimônio, mas que não são reconhecidas na "Demonstração do Superávit". Sendo assim, agregou-se à DRA, outros valores abrangentes caracterizados pelos ajustes de exercícios anteriores o qual resultou o Superávit econômico efetivo de 21.190 mil.

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração deste Centro está aperfeiçoando o seu planejamento estratégico com a intenção de conferir maior transparência, eficiência, eficácia e efetividade. Desta forma, dando ensejo a esses eventos subsequentes, elencam-se:

- Elaboração do Plano Tático 2017;
- Orçamento Base Zero para 2017;
- Redimensionamento da Força de Trabalho;
- Implantação de novos módulos do Sistema de Gestão - (ERP/SAP);
- Pesquisa de satisfação com clientes organizacionais;
- Implantação do Plano de Melhoria da Gestão;
- Autoavaliação Assistida - FNQ 2017.

Paulo Henrique Portela de Carvalho

Diretor-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e

Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

Fabiana de Moura Machado Oliveira

Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE Brasília-DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Realizamos o procedimento de confirmação dos saldos junto aos clientes do Centro em 31 de dezembro de 2016 e não recebemos todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circularização). Adicionalmente, identificamos divergências nos saldos respondidos quando comparados com os saldos registrados na contabilidade naquela data. Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores de clientes, bem como das receitas relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2016.

Conforme apresentado na nota 7, em 31 de dezembro de 2016 o Centro possui tributos a serem recuperados no montante de R\$ 5.314 mil. O Centro não nos apresentou um estudo demonstrando a possibilidade de recuperabilidade desses tributos. Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a adequação daqueles valores naquela data. As demonstrações contábeis apresentadas não contemplam quaisquer ajustes referentes a este tema. Adicionalmente, o Centro efetua a retenção e o recolhimento do ISS dos prestadores de serviços somente no Distrito Federal, independentemente do local onde são prestados os serviços.

Conforme descrito nas notas explicativas 8 e 13, a Fundação Universidade de Brasília - FUB cedeu de forma onerosa diversos bens para o Centro. Ocorre que até a presente data, o contrato de cessão onerosa do ativo imobilizado não foi formalizado entre as partes. Durante o exercício de 2016 o Centro formalizou o instrumento contratual de cessão onerosa de ativos intangíveis com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, ocasionando uma despesa no montante de R\$ 61.420 mil no exercício de 2016. A referida despesa contempla a utilização do exercício atual, bem como dos exercícios anteriores. Não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, nas obrigações com entidades governamentais no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, bem como das despesas registradas nos exercícios de 2016 e 2015. O Centro não efetuou o levantamento da vida útil-econômica remanescente desses bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade daqueles ativos registrados em 31 de dezembro de 2016.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. O superávit econômico apresentado no exercício foi obtido exclusivamente dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário do Centro.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram anteriormente auditadas por nós e emitimos o relatório datado em 19 de fevereiro de 2016, contendo as seguintes qualificações técnicas: i) limitação de escopo quanto a impossibilidade de opinar sobre salários e encargos sociais, despesas com pessoal, caixa e equivalente de caixas, clientes, fornecedores, ativo imobilizado, contingências trabalhistas e receitas de prestação de serviços.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do centro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Com base no trabalho realizado no Relatório de Gestão, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Centro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Centro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 8 de fevereiro de 2017.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS
Contador CRC DF-015504/O-2

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Em 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a intervenção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Em 2016, foram realizadas diversas ações entre as equipes técnicas do Cebraspe, do Inep e da Fundação Universidade de Brasília para definição do conjunto de ações a serem desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão. O trabalho resultou na elaboração do Plano de Ação do Contrato de Gestão, o qual contemplou o conjunto de ações e os recursos financeiros necessários ao fomento das ações para cada um dos órgãos intervenientes. Todas as atividades mencionadas resultaram na proposta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, a qual foi encaminhada ao Ministro de Estado da Educação, conforme Ofício Cebraspe n.º 2.042/2016. Em relação aos recursos oriundos do Contrato de Gestão no ano de 2016, não houve repasse nem utilização de recursos. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é resultado do somatório do valor remanescente de 2015 à receita oriunda da aplicação financeira ao longo de 2016. Histórico dos valores do Contrato de Gestão: 1) Saldo do exercício anterior = 1.345.203,35; 2) Receita financeira líquida = 177.455,27; 3) Saldo em 31 de dezembro de 2016 = 1.522.658,62.

PAULO HENRIQUE PORTELA DE CARVALHO
Diretor-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

FABIANA DE MOURA MACHADO OLIVEIRA
Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0

Ineditoriais**AGÊNCIA BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL****AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2017**

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI torna pública a REPUBLICAÇÃO do edital de licitação na modalidade Concorrência, do tipo Melhor Técnica, para contratação de empresa de comunicação corporativa para prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico, assessoria de imprensa e relações públicas, produção de conteúdo multimídia, conforme especificações constantes deste documento, observadas as condições contratuais, bem como as especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital o procedimento obedecerá ao Regulamento de Licitações e Contratos da ABDI. A sessão de abertura está agendada para o dia 05/04/2017, às 10h na Sala de Reunião localizada no 2º andar do Ed. Vega, SCN, Quadra 1, Lote D, Brasília/DF. Informações pelo telefone (61) 3962-8637 ou e-mail: licitacao@abdi.com.br. O Edital republicado está disponível no site www.abdi.com.br.

ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DERMATOLOGIA VETERINÁRIA**
CNPJ/MF 03784661 0001 43**EDITAL Nº 1, DE 17 DE MARÇO DE 2017
ABERTURA DE INSCRIÇÕES**

Acham-se abertas, no período de 31 de março a 30 de setembro de 2017, as inscrições para obtenção do título de dermatologista veterinário, através de avaliação curricular e de submissão às provas, segundo as Normas regulamentadoras de concessão e perpetuação de título da especialista em dermatologia veterinária, pela Associação Brasileira de Dermatologia Veterinária/ABDV (CNPJ/MF 037846610001-43), habilitada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, através da Resolução CFMV 1036/27122013 (DOU 199/14102013), embasada no disposto na Resolução CFMV 935/10122009 e nos Capítulos I, VI e VII do estatuto da ABDV. A íntegra do teor deste Edital e de seus Anexos estarão disponibilizados na página da ABDV (www.sbdv.com.br). Av. Pereira Stefano, 114 - Saúde, São Paulo 04144-070

LUIZ EDUARDO BAGINI LUCARTS
CRMV - SP 13 416
Presidente da ABDV

**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES
DA IMPRENSA NACIONAL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da Associação dos Servidores da Imprensa Nacional (Asdin), no uso de suas atribuições e na forma do disposto no Artigo 18, Inciso I, letra a, do Estatuto Social da Asdin, convoca todos os associados para Assembleia-Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30/03/2017 (quinta-feira), a partir das 15 horas, no Auditório Carlos Mota, no SIG, Quadra 6, Lote 800, para deliberação sobre a seguinte pauta: a) prestação de contas referente ao ano fiscal de 2016, e b) eleições dos membros da Comissão de Ética (Art.72). A Assembleia Geral será considerada instalada em primeira convocação quando 1/3 (um terço) dos associados se fizerem presentes na hora de sua realização prevista no edital ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após aquele horário, com qualquer número de associados presentes (Estatuto da ASDIN, art. 18º parágrafo 3º). Não poderão ser apreciadas matérias estranhas às incluídas na ordem do dia constante deste edital de convocação, sendo considerada nula qualquer deliberação acerca do assunto (Art. 19 do Estatuto). Para poder oferecer proposição, votar e ser votado na Assembleia Geral, o associado deverá estar em pleno gozo de seus direitos e em dia com suas obrigações para com a Associação, devendo ainda se identificar e assinar o livro de presença.

EDIVALDO MARQUES DE OLIVEIRA
Presidente da Associação

GUTENBERG VIEIRA BUSTAMANTE
Primeiro Secretário

**ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS****EDITAL
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO**

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação de Renato da Silva Mariano, 2ª classificação, inscrição nº. 00127, para início da etapa - treinamento - do Processo de Seleção Pública nº. 06/2015, cargo Técnico em Segurança do Trabalho, edital publicado no D.O.U em 27/03/2015.

LUCIANA DE SOUZA PINTO ALVARENGA ROSSI
Diretora-Executiva/APS

**BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL****AVISO DE CANCELAMENTO**

O PRESIDENTE DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO-SUL (BRDE), no uso de suas atribuições, torna público o cancelamento dos instrumentos de contrato abaixo relacionados:

Chamada Pública; Contratada; Projeto; Nº do Contrato; Valor; Data do Contrato - PRODAV 06/2015; TEMPERO FILMES LTDA; EL HOMBRE QUE CUIDA (O HOMEM QUE CUIDA); DG-01.267; R\$ 250.000,00; 12/01/2017 / PRODAV 06/2015; MIRAÇO FILMES LTDA; OPERA PRIMA; DG-01.269; R\$ 175.000,00; 12/01/2017.

Em 17 de março de 2017.
ODACIR KLEIN
Diretor-Presidente BRDE

**CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS
DO CREA SÃO PAULO****EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 22/2017 - CAIXA-SP**

Instrumento: extrato de convênio nº 22/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente em Jornal Impresso em 1 (uma) edição, com 08 (oito) páginas e tiragem 1.000 (mil) exemplares. Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Garça. Valor: R\$ 1.850,00. Data da assinatura: 20 de fevereiro de 2017. Vigência: data de assinatura até o dia 30 de junho 2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 29/2017 - CAIXA-SP

Instrumento: extrato de convênio nº 29/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente no "CURSO DE REVIT". Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Alta Noroeste. Valor: R\$ 4.000,00. Data da assinatura: 06 de março de 2017. Vigência: 120 (cento e vinte dias) contados da data da assinatura do convênio. Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 31/2017 - CAIXA-SP

Instrumento: extrato de convênio nº 31/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente no curso "PREPARAÇÃO DO DESENHO TÉCNICO PARA IMPRIMIR". Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santa Barbara D'Oeste. Valor: R\$ 3.000,00. Data da assinatura: 06 de março de 2017. Vigência: 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura. Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 32/2017 - CAIXA-SP

Instrumento: extrato de convênio nº 32/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente em 1 (uma) edição do Jornal Informativo da conveniente com 12 (doze) páginas e tiragem de 2.000 (dois mil) exemplares. Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação Barretense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Valor: R\$ 3.500,00. Data da assinatura: 06 de março de 2017. Vigência: data de assinatura até o dia 03 de julho de 2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 35/2017 - CAIXA-SP

Instrumento: extrato de convênio nº 35/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente no evento "Gestão Ambiental - O que se espera?". Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto. Valor: R\$ 4.000,00. Data da assinatura: 14 de março de 2017. Vigência: 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura. Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 38/2017 - CAIXA-SP

Instrumento: extrato de convênio nº 38/2017. Objeto: Viabilizar a divulgação da concedente em "Cartazes de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti" com tiragem de 550 exemplares. Concedente: Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SP. Conveniente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto. Valor: R\$ 2.750,00. Data da assinatura: 08 de março de 2017. Vigência: data de assinatura até o dia 06 de julho de 2017. Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

**CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA
EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO
E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS****RETIFICAÇÃO**

No Balanço Patrimonial e da Demonstração do Superávit, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, publicado em 13/3/2017, seção nº 3, Diário Oficial da União (DOU).

Balanço Patrimonial
Onde se lê: Ativo circulante e Passivo circulante.

Leia-se: Classe contábil: Ativo; Grupo contábil: Circulante; Classe contábil: Passivo e Grupo contábil: Circulante. Demonstração do Superávit
Onde se lê: Superávit bruto - 184.650.
Leia-se: Superávit bruto - 184.629.

**CODENI - CIA DE DESENVOLVIMENTO
DE NOVA IGUAÇU**

CNPJ/28.732.006/0001-72

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

De acordo com o art.124 §1º da Lei 6.404/76 e do seu Estatuto, ficam os Senhores Acionistas, convocados para a AGO e AGE a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, em sua sede, à Av. Governador Portela, 812-Centro, Nova Iguaçu/RJ, em 1ª convocação às 09:00h e em 2ª convocação às 09:30h com qualquer número de Acionistas, para examinar discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:1) Apreciação e Aprovação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31/12/2016; 2) Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas do Exercício;3) Assuntos Gerais: Ficam à disposição dos Acionistas na sede da Empresa, durante o horário comercial, até a realização da Assembleia, a documentação mencionada no art.133, da Lei 6.404/76, para quaisquer outros esclarecimentos.

Nova Iguaçu-RJ, 6 de março de 2017.
PAULO CÉSAR DE SOUZA
Diretor-Presidente

**COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO
DE CHÃ DE ALEGRIA /PE****EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DE DISSOCIAÇÃO E FUNDAÇÃO,
ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL**

A subscritora Sra. Maria Cristina dos Anjos CPF 060.406.464-03, com endereço correspondência Loteamento Santa Terezinha s/n bairro zona rural Chã de Alegria, CEP 55.835-000, presidente da comissão pro fundação do sindicato dos agricultores familiares do município de chã de alegria /pe, no exercício da liberdade que assegura os art. 511 e 571 da CLT, convoca toda categoria profissional diferenciada dos agricultores familiares familiar rural do município de Chã de Alegria - PE, todos amparados pela lei 11.326/06, no decreto 326/2015, respeitando os parâmetro do decreto 1.166/71 com redação dada pela lei nº 9.701/98 limitado a 2 (dois) módulos rurais, residentes e em atividades no município de chã de alegria - pe, a sim reunirem em assembleia geral de dissociação, fundação, eleição e posse da diretoria do sindicato dos agricultores familiares do município de chã de alegria - pe a se realizar no dia 14 de abril de 2017, as 14:00, na rua Floriano Peixoto 180, centro, município de Chã de Alegria, CEP 55.835-000, a fim de deliberar a seguinte ordem do dia: 1. Aprovação da dissociação da categoria da categoria laboral dos agricultores familiares, termos da legislação vigente respeitando os parâmetro do decreto 1.166/71 com redação dada pela lei nº 9.701/98 limitado a 2 (dois) módulos rurais, a partir da organização sindical dos trabalhadores rurais de Chã de Alegria - pe, com CNPJ: 09.032.681/0001-44; 2. Fundação do sindicatos dos agricultores familiares do município de chã de alegria - pe; 3. Aprovação do estatuto social do sindicato; 4.eleição, apuração e posse da diretoria e do conselho fiscal do sindicato; 5. Outros assunto do interesse da categoria. A mesa diretora e as formas de discurso e deliberação serão decidida pelos próprios interessados presentes na assembleia. Chã de alegria /PE, 01/03/2017, Maria Cristina dos Anjos (CPF 060.406.464-03) presidente da comissão, Endereço: Loteamento Santa Terezinha s/n bairro zona rural Chã de Alegria, CEP 55.835-000.

MARIA CRISTINA DOS ANJOS
Presidente da comissão

**COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE GLORIA DE GOITÁ - PE****EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DE RATIFICAÇÃO DA FUNDAÇÃO,
ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA**

O subscritor Sr. Heleno Manuel dos Santos CPF: 024.758.694-37, com endereço para correspondência na Rua São João 78, loteamento Giovana Gloria do Goitá/Pe, CEP 55.620-000, presidente Sintraf da Micro Regional de Gloria do Goitá e das Sub Sedes dos Municípios de Gloria do Goitá, Chã de Alegria, Lagoa de Itaenga e Pombos, inscrito no CNPJ 09.288.206/0001-33, no exercício da liberdade que assegura os art. 511 e 571 da CLT, convoca toda categoria profissional diferenciada dos agricultores familiares familiar rural do município Gloria do Goitá, de acordo com a legislação vigente, respeitando os parâmetro do decreto lei 1.166/7, com redação dada pela lei 9.701/98 limitando a 2 (dois) módulos rurais, residentes e em exercício no município de gloria do Goitá - PE, a se reunirem em assembleia geral de ratificação dissociação, fundação, eleição e posse da diretoria do sindicato dos agricultores familiares do município de gloria do Goitá - pe, a se realizar no dia 14/04/ 2017, as 8:hs 30m na Av. Djalma Dutra, 328, centro Gloria do Goitá/Pe, CEP 55.620-000, a fim de deliberação da seguinte ordem do dia: 1- Ratificação da dissociação da categoria



BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	123.466	31.392	Fornecedores	9	76.398	2.610
Clientes	4	150.953	148.363	Salários e encargos sociais	10	4.619	16.646
Estoques	5	2.139	1.679	Obrigações fiscais	11	529	497
Adiantamento a Terceiros	6	875	140	Provisões para contingências	12	77	740
Tributos a recuperar	7	5.314	982	Contrato de Gestão	13	1.285	1.106
Outros créditos		279	1.056			82.908	21.599
		283.026	183.612	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores	14	2.673	-
Depósitos judiciais		628	476	Adiantamento de Clientes	15	9.984	-
Imobilizado próprio	8	12.985	8.688	Provisões para contingências	12	5.546	170
Imobilizado cedido	8	5.861	10.760	Obrigações com Entidades Governamentais		9.191	-
		19.474	19.924			27.394	170
		302.500	203.536	Patrimônio Social	16		
				Patrimônio Social - com restrição		-	10.759
				Superávit acumulado		192.198	171.008
						192.198	181.767
						302.500	203.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Receitas	Nota	2016	2015
Receitas sem restrições - Serviços	17	465.493	392.005
Custos	18	(280.864)	(302.055)
Superávit bruto		184.629	89.950
Despesas operacionais	18		
Pessoal e encargos sociais e assistenciais		(52.530)	(42.376)
Utilidades e serviços		(25.911)	(20.179)
Despesas gerais		(95.488)	(5.374)
		(173.929)	(67.929)
Superávit antes da receitas e despesas financeiras		10.700	22.021
Despesas e receitas financeiras, líquidos		7.950	(5.476)
Superávit líquido do exercício		18.650	16.545

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Superávit Líquido do exercício	19	18.650	16.545
Outros resultados abrangentes		2.540	-
Total dos resultados abrangentes do período		21.190	16.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013		-	-	-
Integralização do Patrimônio Social		16.398	-	16.398
Superávit do exercício		-	86.635	86.635
Saldos em 31 de dezembro de 2014		16.398	86.635	103.033
Ajustes de integralização do patrimônio social		(5.639)	-	(5.639)
Ajustes de exercícios anteriores		-	67.828	67.828
Superávit do exercício		-	16.545	16.545
Saldos em 31 de dezembro de 2015		10.759	171.008	181.767
Ajustes de integralização do patrimônio social		(10.759)	-	(10.759)
Ajustes de exercícios anteriores		-	2.540	2.540
Superávit Líquido do exercício		-	18.650	18.650
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	192.198	192.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53 e reconhecida estatutariamente pelo Conselho de Administração com registro cartorário no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, deste distrito, por intermédio das inscrições n.º 000082416, n.º 000082415 e n.º 000087661, respectivamente, estabelecendo a finalidade e os objetivos sociais desta entidade, pertinentes ao fomento, à promoção do ensino e da pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico e institucional.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação: as demonstrações financeiras em harmonia com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativa à Resolução CFC n.º 1.409/12 (ITG n.º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta Administração. Essas demonstrações foram elaboradas em função das inúmeras formas de avaliações aplicadas sobre estimativas contábeis. Essas estimativas são disciplinadas em fatores objetivos e subjetivos, como base de entendimento para definição do valor oportuno a ser registrado. Dentre os itens consideráveis suscetíveis a esses registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem como a probabilidade dos demais riscos contingenciais para determinação das despesas, quando admissível. A adoção das práticas contábeis, frequentemente, empregadas na elaboração das demonstrações financeiras estão delimitadas a seguir. Essas definições são abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalente de caixa: são recursos financeiros de liquidez moderada, com o propósito de desembolsar dívidas de curto e longo prazos, auferir ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e o faturamento emitido, além da utilização prudente em outras obrigações administrativas previstas estatutariamente. Para isso, é necessário atender relativamente a três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as convenções contábeis aceitas no Brasil recomenda que esta Administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas contábeis admitem valor residual do ativo imobilizado, perda para redução ao valor recuperável de ativos, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados a benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas e as premissas apontadas. O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras análogo as entidades sem fins lucrativos exigem que a Administração faça uso de instrumentos formais técnico-científicos concernentes aos valores apurados das receitas, das despesas, dos ativos e dos passivos mencionados nessas demonstrações e em notas explicativas.

2.4 Instrumentos financeiros básicos: ativos financeiros são, previamente, reconhecidos pelo seu valor justo decorrentes do resultado, de investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, de empréstimos bancários e contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Dentre os tipos de ativos financeiros presentes nesta entidade incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os direitos contratuais a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Organização avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se decorreu, em alguma etapa, a evidência concreta de desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de recuperação do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido.

Passivos financeiros Essas obrigações financeiras são reconhecidas a valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, essa aceitação envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, os quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.

Instrumentos derivativos O Cebraspe não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores, frente às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de instrumentos financeiros com vistas a almejar ganhos financeiros.

2.5 Imobilizado: o valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que as taxas anuais são consideradas sobre a vida útil-econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item do imobilizado é baixado de seu estoque pela oportunidade de sua venda ou quando não houver possibilidade de almejar benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período em que ele for desativado. Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação aplicados são revistos durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma compatível, quando for o caso.

2.6 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: os recursos financeiros submetidos ao Contrato de Gestão estão centralizados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se essa movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro pela custódia desses valores, posteriormente, será concedida a sua realização no instante em que as cláusulas contratuais pactuadas determinarem o cumprimento das metas fixadas.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes: as obrigações vencíveis até o exercício social seguinte são escrituradas no grupo do passivo circulante. Portanto, nesse grupo encontram-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os seus encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais com férias e gratificações natalinas incorridas. Enquanto isso, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizam-se de valores conhecidos ou calculáveis e, quando possível, acrescidos dos juros e das atualizações monetárias permissíveis.

2.8 Provisões: diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. O Cebraspe possui exigibilidades correntes, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento dessa estimativa a fim de evidenciar no patrimônio desta entidade as hipóteses e as perspectivas dos fatos litigados em juízo.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Cebraspe é parte acusada em inúmeros processos judiciais. Em vista disso, as provisões dessas naturezas contábeis são constituídas para dar conhecimento à Administração, dos passivos contingentes cuja probabilidade de ocorrência é possível,

pecuniariamente, ora em curto prazo, ora em longo prazo, em seu patrimônio por intermédio do objeto pleiteado pela parte autora. A materialização dessa probabilidade é explícita e aparente nas disposições legais, jurisprudenciais e nas demais legislações em vista das decisões magistratas, futuramente. Diante disso, é de se dizer que as ações cíveis são objetivadas pelo acusador a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro notadamente em eventos, no qual questionou-se a integridade e a validade deles. Enquanto que, os riscos trabalhistas demandados advém de indagações concernentes a parcialidade dos proventos não obtidos naquele período laborado.

2.9 Apuração do Superávit ou Déficit: é o resultado apurado no confronto das Receitas, dos Custos e das Despesas, do período em análise, pelo princípio contábil da competência, ocasionando-se em superávit ou em déficit. Segundo o CPC n.º 00, a receita evoca benefícios econômicos, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que impactam em acréscimos no patrimônio social, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais. Enquanto que os Custos e as Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em redução do patrimônio social.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: referente aos demais ativos integrados ao balanço, é provável que seu benefício econômico futuro seja alcançado e o seu custo possa ser mensurado com segurança. Enquanto que, um passivo inserido no balanço possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico esteja disponível para liquidá-la. As provisões são escrituradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação se realize nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11 Tributações: em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei n.º 9.637/1998, suas atividades estão voltadas para o desenvolvimento educacional e de pesquisa, motivo pelo qual é conferida a isenção tributária. Caso não obtivesse o benefício fiscal, as receitas oriundas da prestação de serviços estariam sujeitas à tributação, com as seguintes alíquotas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00%
Programa de Integração Social - PIS	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%

A alíquota incidente sobre o ISS encontra-se expressa em legislações específicas de competência municipal onde o serviço foi executado pelo prestador de serviço. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas vinculam-se ao regime tributário da não-cumulatividade. Nesse grupo de tributos a base de cálculo é o faturamento e outros ganhos que estejam relacionados aos seus respectivos fatos geradores. Por outro lado, a tributação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) incidem sobre o lucro líquido, uma vez que a receita bruta anual auferida legítima como lucro real. Para isso, registra-se no livro de apuração do lucro real (LALUR) as receitas e as despesas, dedutíveis ou indedutíveis, necessárias à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, sobre a base de cálculo constituída calcula-se o tributo pela alíquota de 15% e, excepcionalmente utiliza-se o adicional de 9% caso os lucros líquidos anuais excedentes à R\$240 mil anual ou R\$ 20 mil mensal. Enquanto que na CSLL aplica-se a alíquota de 10%.

2.12 Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi concebida e disciplinada em conformidade com o CPC n.º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA O saldo da rubrica contábil "caixa e equivalentes de caixa" abrangem os depósitos bancários e as aplicações financeiras de renda fixa.

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos bancários a vista - sem restrição	5.182	372
Depósitos bancários a vista - com restrição	-	6
Aplicações financeiras - sem restrições	116.761	29.675
Aplicações financeiras - com restrições	1.523	1.339
	123.466	31.392

Depósitos bancários a vista e Aplicações financeiras com restrições derivam de repasses de recursos do Contrato de Gestão firmado com o INEP/MEC, que são, contabilmente, demonstrados de forma segregada em atendimento aos preceitos contábeis vigentes.

As aplicações financeiras desta entidade possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, em qualquer momento, em função da insuficiência de fundos em caixa ou em conta bancária movimento. Cabe ressaltar, que neste exercício social, o acréscimo de recursos financeiros nessa rubrica foi significativo, em razão do recebimento de valores dos direitos contratuais estabelecidos, afóra os rendimentos obtidos sobre as quantias aplicadas em renda fixa. Enquanto isso, os dispêndios pecuniários percebidos em contas de movimentação financeira denotam da manutenção dos gastos necessários à atividade operacional prevista orçamentariamente. Outrossim, é de se dizer que os índices de liquidez apurados apresentam-se satisfatórios para tomada de decisões futuras em prospecções de investimentos.

4 CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	150.953	148.363
	150.953	148.363

Os direitos creditórios desinentes dos contratos firmados com as partes devedoras, no qual este Centro é o beneficiário exclusivo, acarretou, em curto prazo, o retorno da maioria das quantias efetivamente faturadas neste período. Por outro lado, excepcionalmente, tornaram-se incobráveis as importâncias prometidas por alguns clientes e, dessa forma, coube a esta Administração deliberar pelo reconhecimento da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), dado que a contratada inferiu que tais valores não condiziam com os requisitos estabelecidos, contratualmente, nas cláusulas pactuadas. É de se verificar que as disposições contidas no CPC n.º 30 permitiu o reconhecimento parcial das receitas ocorridas (conforme cronograma) e não faturadas sobre os serviços prestados, produzindo no patrimônio, acréscimo em direitos e no resultado líquido do exercício.

5 ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Almoxarifado	2.139	1.679
	2.139	1.679

Os bens materiais alocados no almoxarifado desta entidade são compostos em sua essência de materiais de limpeza e de expediente. Ratifica-se o aumento no quantitativo de bens e na aquisição de outros bens em função da contratação de colaboradores permanentes e



temporários, assim como, pelas propostas orçamentárias precificadas para consumo desses bens em concursos e eventos promovidos por este Centro. Contudo, é perceptível nessa variação periódica a oscilação de preços na obtenção dos bens, motivado pela inflação do período.

6 ADIANTAMENTO A TERCEIROS

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento a fornecedores	875	140
	875	140

A excessiva elevação nos saldos contábeis dessas rubricas proveio dos recursos financeiros antecipados aos fornecedores de bens e de serviços.

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
PIS a recuperar	4	4
COFINS a recuperar	18	18
IRRF a recuperar	14	14
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	1	80
IRRF retido na fonte	46	859
ISS retido na fonte	4.320	-
IR s/ Aplicação Financeira	859	-
PCC Retido na Fonte	45	-
	5.314	982

Os tomadores de serviços (partes contratadas), cautelosamente, reteram os tributos incidentes sobre o faturamento emitido, sem que houvesse por parte deles a observância dos benefícios fiscais conferidos a esta entidade na dispensa dessas retenções. Ainda que a isenção tributária seja garantida a este Centro, esses valores descontados são passíveis de compensação tributária desde que esses sejam utilizados nesses ou naqueles tributos administrados pelos órgãos da administração tributária direta específica. Conseqüentemente, evidenciam-se outros montantes cuja relevância sinaliza no IRRF sobre o rendimento de aplicação financeira o saldo de R\$ 859 mil, no ISSQN o saldo de R\$ 4.320 mil e no PIS/COFINS/CSLL o saldo de R\$ 45 mil. Para isso, a compensação ou a restituição tributária desses créditos, somente, será conferida se houver pedidos de requisições administrativas perante as repartições tributárias competentes ou por meio da esfera judicial onde o objeto pleiteado assegure a recuperabilidade da importância retida.

8 IMOBILIZADO O Ativo Imobilizado está demonstrado, abaixo, pelo valor contábil dos bens, deduzido do custo de aquisição e dos encargos de depreciação.

	Taxa - %	2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	2016
Imobilizado - próprio						
Móveis e Utensílios	10%	388	11	-	(43)	356
Máquinas e equipamentos	10%	882	910	-	(161)	1.631
Equipamentos de informática	20%	7.418	5.370	-	(1.881)	10.907
Beneficentia em Prop. Terceiros	-	-	94	(94)	-	-
Edificações e Instalações	4%	-	94	-	(3)	91
		8.688	6.479	(94)	(2.088)	12.985
Imobilizado - cedido						
Móveis e Utensílios	10%	2.480	-	(1.389)	(184)	907
Máquinas e equipamentos	10%	2.786	898	(112)	(614)	2.958
Equipamentos de informática	20%	5.219	445	(2.256)	(1.598)	1.810
Veículos	10%	275	-	-	(89)	186
		10.760	1.343	(3.757)	(2.485)	5.861
		19.448	7.822	(3.851)	(4.573)	18.846

Como se pode notar, o "Ativo imobilizado - próprio" são compostos por bens de propriedade desta entidade para uso nas atividades operacionais. O aumento da capacidade produtiva acarretou a aquisição de outros bens, previstos orçamentariamente, para atendimento das demandas setoriais. Excepcionalmente, este Centro faz uso da posse parcial dos bens pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB). "Ativo imobilizado - cedido", mediante contrato de gestão, a ser firmado pelas partes, sendo que entre estas e aquelas imobilizações mantiveram-se presentes os institutos contábeis da depreciação ou da amortização sobre os bens utilizados.

9 FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	76.398	2.610
	76.398	2.610

As obrigações consecutivas dos gastos operacionais incorridos, neste Centro, serão desembolsadas, financeiramente, nos meses subsequentes em decorrência desses compromissos figurarem no curto prazo. Dentre essas, cabe acentuar a exigibilidade constituída, neste ano, mediante a pactuação de instrumento contratual de "cessão onerosa de Ativos Intangíveis" com a FUB, remunerados por esta entidade à contratada por meio de "royalties" sobre a sua receita líquida recebida cuja despesa econômica importou a quantia de R\$ 61.420 mil.

10 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos a pagar - Pessoal	115	4.729
Servidores cedidos	-	603
Autônomos	-	8.223
Provisões trabalhistas	4.504	3.091
	4.619	16.646

As obrigações trabalhistas são características das remunerações laborais conferidas aos trabalhadores celetistas e requisitados da Administração Pública. Esses valores incluídos ao saldo integram-se, também, os tributos e os encargos sociais sobre as folhas de pagamentos apuradas. Reitera-se que as remunerações fixadas aos colaboradores são compatíveis com as atividades realizadas, previstas em orçamento e dispostas na convenção coletiva vigente, ainda que, neste período houvesse, também, a correção dos proventos salariais firmados em acordo pela categoria profissional em 7,38%. Vale ratificar que são calculados, mensalmente, sobre esses proventos as estimativas sobre férias e 13.º salário com base na proporção de 1/12. Importante salientar que a movimentação e a redução de saldo constatadas nos períodos em análise justifica-se pela transferência mensal desses valores apurados para rubrica contábil de "fornecedores colaboradores", com desembolso financeiro no mês seguinte, enquanto que, os saldos restantes da rubrica em análise constituem-se das estimativas ora citadas e de outros valores pendentes de regularização.

11 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações fiscais	529	497
	529	497

Essa rubrica é constituída pela retenção de tributos e de encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços da pessoa jurídica e da pessoa física. A oscilação de saldo contábil entre os períodos analisados é compreensível, dado que, neste período, aconteceram obrigações a pagar vinculadas aos eventos e concursos ocorridos, sendo que, esses pagamentos sucederão no mês subsequente.

12 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Curto Prazo

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões cíveis	77	740
	77	740

A diminuição evidente nessa rubrica, entre os períodos analisados, motivou a reclassificação parcial do saldo anteriormente constituído em provisões cíveis, neste exercício social, para outra rubrica de igual natureza, em longo prazo, de forma a estabelecer a prudência momentânea entre as estimativas de gastos de possível ocorrência material.

Longo Prazo

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões cíveis	1.507	-
Provisões trabalhistas	4.039	170
	5.546	170

O acréscimo nesses saldos, entre os intervalos analisados, trouxe uma variação significante, não somente pela reclassificação de valores oriundos dessa rubrica idêntica em curto prazo, como também, pela constituição de provisões de natureza trabalhista originada de ações protocoladas sob juízo.

13 CONTRATO DE GESTÃO O Contrato de Gestão do Cebraspe é o instrumento pelo qual o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato, realiza os repasses de recursos financeiros em conformidade ao plano de trabalho do Cebraspe. O ingresso dos recursos desse Contrato é registrado em conta corrente distinta no ativo deste Centro, tendo contrapartida contábil, conta específica do passivo circulante. À medida que os projetos são executados, as obrigações paralelas a eles são baixadas e a respectiva receita apropriada ao resultado do exercício. Com fundamento no acordo, ajustado em 17 de março de 2014, o MEC, deverá transferir a esta entidade o montante de R\$ 8.135 mil, no intervalo compreendido entre 2014 a 2019. No exercício de 2014, foram creditados o valor total de R\$ 2.324 mil, para as atividades de gestão de programas, projetos de apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Enquanto que, nos exercícios de 2015 e 2016 não efetivou-se a proposição de valores. Assim sendo, convém ressaltar que, em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa rubrica corresponde a R\$ 1.522 mil, dispostos em aplicação financeira de renda fixa.

14 FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	2.673	-
	2.673	-

Trata-se da devolução pecuniária realizada pelos Correios (ECT) em favor deste Centro, mediante convênio firmado, para pagamento aos autônomos contratados e não correntistas, sendo que esses não resgataram no período designado a quantia devida, cuja custódia de permanência estabelecida pela conveniada é de 365 dias contados da transferência da remessa financeira. Dessa forma, esta entidade manterá, a longo prazo, nessa rubrica, as quantias disponibilizadas, salvo se o prestador de serviço requisitar-lhe o direito de saque ou, do contrário, seguirá os ditames prescricionais da decadência contratual descritas no Código Civil vigente.

15 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de Clientes	9.984	-
	9.984	-

São os valores arrecadados pelo Cebraspe provenientes das taxas de inscrições pagas pelos candidatos e expostas nos editais de publicação para realização dos concursos públicos e demais avaliações, mantidas contabilmente nessa rubrica, e faturadas, posteriormente, em favor da contratante, após cumpridas as condições editalícias.

16 PATRIMÔNIO SOCIAL O patrimônio social, preliminarmente, foi constituído pela parcialidade de bens pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), para o advento institucional e o cumprimento das atividades inerentes a este Centro, em consonância ao Decreto Presidencial n.º 8.078/2013. Ressalta-se que a integralidade do saldo composto no exercício anterior foi reclassificada para a rubrica "Obrigações com entidades governamentais", em consequência das tratativas no alinhamento entre as partes interessadas para realização do contrato de gestão onerosa dos bens móveis pertencentes à FUB. Tenha-se presente que, neste exercício, esta organização obteve superávit econômico de R\$ 18.650 mil, em razão dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário deste Centro.

17 RECEITAS

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas sem restrições	465.493	392.005
	465.493	392.005

Convém ressaltar que os ganhos auferidos, no exercício vigente, expandiu-se para 18,59%, ainda que, as regras de contratação de serviços técnicos praticadas pela Administração Pública estabelecessem a modalidade licitatória "menor preço" como o ideal. Por outro lado, evidencia-se a recuperação pecuniária de valores considerados incobráveis proveniente de glosas anteriormente contestadas e retidas pelos contratados, mas posteriormente esclarecidas e disponibilizadas financeiramente em favor desta entidade pela importância de R\$ 468 mil.

18 CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de autônomos	(225.066)	(240.674)
Demais custos	(55.798)	(61.381)
Pessoal	(52.530)	(42.376)
Utilidades e serviços	(25.911)	(20.179)
Despesas gerais	(95.488)	(5.374)
	(454.793)	(369.984)

O gasto dispendido, tanto nas rubricas de custo quanto nas rubricas de despesas, frente aos exercícios sociais em análise, apresentou contrastes econômicos evolutivos. Ainda que houvesse a otimização dos custos incorridos neste período, é de se dizer que este Centro desembolsou valores proporcionais e compatíveis na organização dos eventos realizados. Enquanto que, as despesas incorridas acresceram em consequência da admissão de pessoal e da combinação de outros gastos necessários a manutenção da atividade meio. Nessa vertente, sobreleva-se o termo contratual de cessão onerosa da marca CESPE firmado com a FUB decorrente dos royalties incidentes sobre a receita líquida auferida por este Centro em favor da contratada que importou gastos de R\$ 61.420 mil, com percentual de 35,31% sobre as despesas fixadas.

19 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 26 (CPC nº 26), a "Demonstração de Resultados Abrangentes (DRA)" exibe as receitas, os custos, as despesas e outras mutações que afetam o patrimônio, mas que não são reconhecidas na "Demonstração do Superávit". Sendo assim, agregou-se à DRA, outros valores abrangentes caracterizados pelos ajustes de exercícios anteriores o qual resultou o Superávit econômico efetivo de 21.190 mil.

20 EVENTOS SUBSEQUENTES A Administração deste Centro está aperfeiçoando o seu planejamento estratégico com a intenção de conferir maior transparência, eficiência, eficácia e efetividade. Desta forma, dando ensejo a esses eventos subsequentes, elencam-se:

- ✓ Elaboração do Plano Tático 2017;
- ✓ Orçamento Base Zero para 2017;
- ✓ Redimensionamento da Força de Trabalho;
- ✓ Implantação de novos módulos do Sistema de Gestão - (ERP/SAP);
- ✓ Pesquisa de satisfação com clientes organizacionais;
- ✓ Implantação do Plano de Melhoria da Gestão;
- ✓ Autoavaliação Assistida - FNQ 2017.

Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor-Geral
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

Fabiana de Moura Machado Oliveira
Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE Brasília-DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Realizamos o procedimento de confirmação dos saldos junto aos clientes do Centro em 31 de dezembro de 2016 e não recebemos todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circularização). Adicionalmente, identificamos divergências nos saldos respondidos quando comparados com os saldos registrados na contabilidade naquela data. Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores de clientes, bem como das receitas relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2016.

Conforme apresentado na nota 7, em 31 de dezembro de 2016 o Centro possui tributos a serem recuperados no montante de R\$ 5.314 mil. O Centro não nos apresentou um estudo demonstrando a possibilidade de recuperabilidade desses tributos. Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a adequação daqueles valores naquela data. As demonstrações contábeis apresentadas não contemplam quaisquer ajustes referentes a este tema. Adicionalmente, o Centro efetua a retenção e o recolhimento do ISS dos prestadores de serviços somente no Distrito Federal, independentemente do local onde são prestados os serviços.

Conforme descrito nas notas explicativas 8 e 13, a Fundação Universidade de Brasília - FUB cedeu de forma onerosa diversos bens para o Centro. Ocorre que até a presente data, o contrato de cessão onerosa do ativo imobilizado não foi formalizado entre as partes. Durante o exercício de 2016 o Centro formalizou o instrumento contratual de cessão onerosa de ativos intangíveis com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, ocasionado uma despesa no montante de R\$ 61.420 mil no exercício de 2016. A referida despesa contempla a utilização do exercício atual, bem como dos exercícios anteriores. Não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, nas obrigações com entidades governamentais no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, bem como das despesas registradas nos exercícios de 2016 e 2015. O Centro não efetuou o levantamento da útil-econômica remanescentes desses bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade daqueles ativos registrados em 31 de dezembro de 2016.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. O superávit econômico apresentado no exercício foi obtido exclusivamente dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário do Centro.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram anteriormente auditadas por nós e emitimos o relatório datado em 19 de fevereiro de 2016, contendo as seguintes qualificações técnicas: i) limitação de escopo quanto a impossibilidade de opinar sobre saldos e encargos sociais, despesas com pessoal, caixa e equivalente de caixas, clientes, fornecedores, ativo imobilizado, contingências trabalhistas e receitas de prestação de serviços.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do centro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Em 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a intervenção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Em 2016, foram realizadas diversas ações entre as equipes técnicas do Cebraspe, do Inep e da Fundação Universidade de Brasília para definição do conjunto de ações a serem desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão. O trabalho resultou na elaboração do Plano de Ação do Contrato de Gestão, o qual contemplou o conjunto de ações e os recursos financeiros necessários ao fomento das ações para cada um dos órgãos intervenientes. Todas as atividades mencionadas resultaram na proposta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, a qual foi encaminhada ao Ministro de Estado da Educação, conforme Ofício Cebraspe n.º 2.042/2016. Em relação aos recursos oriundos do Contrato de Gestão no ano de 2016, não houve repasse nem utilização de recursos. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é resultado

do somatório do valor remanescente de 2015 à receita oriunda da aplicação financeira ao longo de 2016. Histórico dos valores do Contrato de Gestão: 1) Saldo do exercício anterior = 1.345.203,35; 2) Receita financeira líquida = 177.455,27; 3) Saldo em 31 de dezembro de 2016 = 1.522.658,62.

Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor-Geral
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe

Fabiana de Moura Machado Oliveira
Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0